

Os rabos de porco

José Nêumanne Pinto

"Suponho que não reste nenhuma dúvida de que o poder é uma grande tentação, e aqueles que têm o poder mais cedo ou mais tarde tropeçam na injustiça." Filho de rabino, tornado depois um dos mais célebres escritores em ídiche, Isaac Bashevis Singer sabia certamente do que falava no outono de 1968, quando conversou em seu apartamento na Upper Broadway, em Nova York, com Harold Flender, que depois reproduziu a entrevista na *Paris Review*. Afinal, Singer sentiu, no próprio sangue, que o homem nada faz na face da terra senão se relacionar de alguma forma, por cima ou por baixo, com o poder.

Conforme ele mesmo diz em sua famosa entrevista, "foi uma sorte do povo judeu que por dois mil anos eles não tenham tido poder nenhum. Do pouco poder que possuíram, abusaram sem dúvida, como qualquer um que o tenha. Mas fomos abençoados durante quase dois mil anos com uma completa falta de poder, e por causa disso nossos pecados nunca foram tão grandes como os daqueles que realmente tinham o poder de vida ou morte sobre outras pessoas". Esta é, no mínimo, uma leitura bastante amarga (e religiosa, por sinal) da famosa frase de Lord Acton a respeito das relações íntimas entre o poder, a corrupção e o absolutismo.

Sem a preocupação religiosa do grande escritor judeu, nascido na Polônia e residente nos Estados Unidos, os 559 constituintes brasileiros — apesar da reforçadíssima participação da famosa "bancada evangélica" em seu plenário — buscam o pecado com a volúpia de uma hetaira, se se considerar o poder na ótica de Singer, ou seja, como uma manifestação pecaminosa da soberba humana (afinal, um poder sobre vida ou morte é uma forma de tentar cumprir o papel de Deus, não é?). É justamente essa permanente adoração do poder que dá à Constituinte um crítico relevo na crise nacional, uma vez que tem o raro condão de desestabilizar todos os poderes instituídos — Executivo, Legislativo ou Judiciário.

Num país em crise como este é natural que a Constituinte desempenhe uma função de deus ex machina e assumna um caráter de panacéia, tantos são os problemas, tamanhas são as distorções de nossa vida em sociedade. O perigo é que o pecado principal do poder — a soberba — é altamente contagioso e se reproduz celeremente. O bom observador dos trabalhos no Congresso é capaz de perceber o processo de forma clara: à medida que o tempo vai passando, mais a corporação reunida por eleição geral se sente autorizada a intervir nos destinos da coletividade de forma cada vez mais messiânica. Talvez a proposta de tabelar juros não tivesse sido aprovada se apresentada há seis meses, e certamente não receberia a mesma votação consagradora e tão surpreendentes adesões como a dos cruzados do pensamento conservador — o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), por exemplo.

Isso, contudo, não passa de uma conjectura. Verdadeiro e inegável, contudo, é o fato de que o tempo vai passando e dá à corporação constituinte uma noção cada vez mais interventora na vida social, reforçando seus laços corporativistas já bastante apertados. Basta que se leia, por exemplo, o capítulo da Comunicação Social, aprovado em plenário anteontem. Nesse capítulo, o Congresso, reunido em Constituinte, deu a si mesmo o poder de vetar concessões precárias para que empresas privadas controlem emissoras de rádio e televisão.

Aparentemente, não se pode atribuir a tal medida outra intenção que não a democrática. Afinal, a concessão dada exclusivamente por decisão do Poder Executivo é uma arma poderosíssima na mão de qualquer grupo instalado no po-

der e cabe à Constituinte descobrir mecanismos que, sem ferir a lei da livre competição do mercado, que só premia impessoalmente a competência, permitam à sociedade evitar abusos desse tipo. Afinal, a comunicação de massas é uma arma política poderosíssima e, se utilizada com competência, pode vir a se transformar numa barreira intransponível para quaisquer oposições ou minorias alimentadas apenas no seio da sociedade sem o beneplácito dos grupos instalados no poder.

Na verdade, contudo, a prática tem demonstrado à sociedade, no Brasil, que o poder de veto do Congresso tem muito mais um sentido corporativo do que uma pretensão de dar à sociedade equipamentos para intervir no processo de emissão de mensagens eletrônicas para a massa. O Congresso apenas se aproveitou do poder constituinte que a sociedade e as circunstâncias políticas lhe deram para dividir com o Poder Executivo os bônus de decidir sobre concessões de canais de rádio e televisão. Não se trata de disputar o ônus de ter de julgar da forma mais sábia e justa em nome dos interesses da sociedade, como um toço. Quem pensar assim estará incorrendo num pecado oposto ao da soberba, o da ingenuidade.

Somente um ingênuo pode acreditar que a Constituição que está sendo redigida garanta o paraíso aqui na terra para todos quantos elegeram os 559 redatores, homens comuns, que, dotados de poder, procuraram amealhar mais em detrimento de outros, que antes dele dispunham. Como disse Isaac Bashevis Singer a Harold Flender, em sua famosa entrevista, "do rabo de porco não se faz uma bolsa de seda. Não se pode pegar a vida e de repente transformá-la numa imensa delícia, num oceano de prazer. Nunca acreditei nisso e, sempre que se fala num mundo melhor, embora eu reconheça que as condições possam ser melhoradas e espere que possamos eliminar as guerras, ainda haverá doenças o bastante e tragédias suficientes para que a humanidade continue sofrendo como sempre sofreu. Ser pessimista, para mim, significa ser realista".

Infelizmente — pela própria moldura em que se encerra seu quadro —, nossa Constituição é um rabo de porco do qual é impossível se fabricar uma bolsa chique de seda. Resta-nos lidar com a realidade prática de que os homens responsáveis por sua confecção estão, como é natural ao gênero humano, disputando uma guerra diária e rasteira pelo poder, seja individualmente seja como grupo. Seria reconfortante acreditar que, no episódio do tabelamento de juros, para dar um exemplo, eles estivessem realmente produzindo a bolsa de seda da democracia financeira com a justa punição da especulação pecuniária, quando, na verdade, estão manipulando o rabo de porco de uma realidade mais cruel, que flagra uma maioria de devedores aproveitando uma ocasião para pôr os credores na parede. O mesmo vale para o episódio da comunicação de massas, pois o resultado, mais uma vez usando o ditado judeu, não é a bolsa de seda da entrega à sociedade do poder de decidir sobre as concessões, mas a matéria-prima é o rabo de porco da disputa encarnada pelo poder de um grupo decidir por todos.

Mesmo os mais otimistas — os que esperam uma magnífica bolsa de seda ao final do processo constituinte — não de reconhecer o excesso de rabo de porco no processo de sua confecção. Aos realistas, ao estilo de Isaac Bashevis Singer, resta esperar que os inúmeros enxertos da pele indesejada da cauda suína não inviabilizem a confecção da bolsa, por menos chique que, afinal, ela possa ser.